

DO CONCEITO DE INFÂNCIA NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Isabela de Paula Marcolino¹

Leila Pessôa Da Costa²

RESUMO

Essa pesquisa de natureza qualitativa de caráter documental, teve como objetivo analisar o conceito de infância e criança a partir da produção científica em dois periódicos com avaliação Qualis A1 na área da educação: Educação e Pesquisa e Educação e Realidade, publicados nos anos de 2019 e 2020 para compreendermos como essa produção concebe a infância, bem como analisarmos essas concepções no contexto educacional nos principais documentos que subsidiam a educação: Lei 9394/96, a Lei 8069/1990 e a BNCC. A questão que nos propusemos investigar considerou o trabalho de Postman (2012) de que a infância está desaparecendo, influenciada pelos meios tecnológicos, o que nos fez indagar: como a legislação e os pesquisadores da educação, compreendem a infância hoje, considerando as mudanças observadas atualmente nas diferentes esferas da sociedade? Por meio da análises empreendidas observamos que por ser uma criação social, ela se apresenta de forma multifacetada. Esse caráter multifacetado não pode ser desconsiderado em função da COVID19, que traz para a escola realidade não só social, mas também biológicas, neurológicas etc.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Educação Infantil. Anos iniciais. Infância. Criança.

ABSTRACT

This qualitative research of documentary nature, aimed to analyze the concept of childhood and child from the scientific production in two journals with Qualis A1 evaluation in the area of education: Education and Research and Education and Reality, published in the years 2019 and 2020 to understand how this production conceives childhood, as well as analyze these conceptions in the educational context in the main documents that support education: Law 9394/96, Law 8069/1990 and BNCC. The question we set out to investigate considered Postman's (2012) work that childhood is disappearing, influenced by technological means, which made us ask: how do legislation and education researchers understand childhood today, considering the changes currently observed in different spheres of society? Through the analysis undertaken we observed that because it is a social creation, it presents itself in a multifaceted way. This multifaceted character cannot be disregarded due to COVID19, which brings to school not only social, but also biological, neurological, etc.

Keywords: Public Policy. Early Childhood Education. Early years. Childhood. Child .

¹ Estudante de Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: isabelapaula623@gmail.com

² Doutora em Educação para a Ciência e Matemática. Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá. lpcosta@uem.br

1 INTRODUÇÃO

Atualmente diversas pesquisas apontam o surgimento de um novo modelo de infância e consequentemente de criança³ que está sendo moldado a partir de uma sociedade tecnológica de acesso rápido a diversos conteúdos e em qualquer parte do mundo. A evolução tecnológica, não só tem facilitado a comunicação como tem também contribuído com a expansão do mercado de consumo e a disseminação de um modelo de infância diferente em cada cultura e tempo.

É visível a influência da modernização e das tecnologias no comportamento infantil e no período que denominamos de infância, seja, por exemplo, no mercado de consumo para esse período de vida, em suas formas de vestir, aparelhos tecnológicos e a utilização destes no cotidiano familiar.

Com base nos estudos realizados sobre o percurso da infância é possível perceber que no período contemporâneo as tecnologias e criações sociais influenciaram gradativamente no modo de ver a criança e a infância. No entanto, se comparada ao tempo necessário para a criação conceito de infância - pouco mais de 300 anos - e adaptação da sociedade em ter uma percepção dessa nova fase da vida que exigiria novas posturas, o processo de “morte” dessa infância na visão de Postman (2012) está ocorrendo rapidamente.

É importante ressaltar que as mudanças verificadas acerca da infância da criança moderna para a criança contemporânea nos escritos de Postman (2012), tem retomado o que se observava na Idade Média: comportamentos e forma de vestir semelhantes à dos adultos como necessidade de um amadurecimento rápido.

É comum encontrarmos afirmações de senso comum a respeito do quanto as crianças mudaram: social, física e cognitivamente e que transparece em seu jeito de brincar, no meio escolar, nos interesses que têm, entre outros aspectos.

Segundo Momo (2014) é necessário esclarecer que o brincar e o viver a infância é algo que foi construído socialmente em um passado não muito distante e que, apesar de ser uma construção recente da humanidade, evidencia também o seu desaparecimento.

Postman (2012) corrobora a ideia de Momo (2014) e diz que a infância é uma estrutura social que foi criada a partir de uma ideia renascentista aprimorada ao longo dos séculos até chegar à sua forma atual nos dias de hoje. Para o autor, a infância está desaparecendo, o que

³ Nesse artigo, utilizaremos o termo infância para designar não só o período de vida, como também associá-lo ao sujeito que dela faz parte, no caso a criança.

nos faz indagar: como a legislação e os pesquisadores da educação, compreendem a infância hoje considerando as mudanças observadas atualmente nas diferentes esferas da sociedade?

Levando em consideração que a infância é um conceito variável de acordo com o tempo, a região e a cultura e tendo como base os estudos sobre a infância realizados por Ariès (1986) e Postman (2012), este artigo teve como o objetivo geral analisar o conceito de infância e criança a partir da produção científica em dois periódicos com avaliação Qualis A1 na área da educação: Educação e Pesquisa e Educação e Realidade, publicados nos anos de 2019 e 2020. A pesquisa nos periódicos teve como objetivo compreendermos como essa produção concebe a infância no universo educacional e o contexto atual. Selecionamos para a análise do contexto educacional os principais documentos que subsidiam a educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Cientificamente essas produções podem contribuir para aprimorarmos o conceito de infância tanto no âmbito político educacional, quanto às diretrizes que orientam a educação nesse período de vida, esclarecendo ou trazendo reflexões as diversas dúvidas sobre a forma de agir das crianças atual possibilitando à comunidade que atua com essa faixa etária, conceituar a infância, suas condutas na sociedade contemporânea e as implicações educacionais.

No âmbito pessoal, considera-se importante analisar questões que envolvem os novos padrões de infância em nossa cultura principalmente em função das atividades docentes que a pesquisadora desenvolve com alunos que estão nesse período da vida.

2 DA PESQUISA REALIZADA

Como observado anteriormente, a afirmação de Postman (2012) de que a infância está desaparecendo nos fez indagar: como a legislação e os pesquisadores da educação, compreendem a infância hoje, considerando as mudanças observadas atualmente nas diferentes esferas da sociedade?

De caráter documental esse modelo de pesquisa assemelha se muito à pesquisa bibliográfica, no entanto Gil (2002, p. 45) explicita que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

Para a seleção da produção científica constante nos periódicos fizemos uma seleção dos metatermos: criança, infância, educação, educação infantil e por fim, anos iniciais e encontramos os seguintes artigos no periódico **Educação e Pesquisa** de 2019:

- Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola (ALCANFOR E BASSO, 2019);
- Estimativa numérica de quantidades: um estudo de comparação entre crianças e adultos (DURO E DORNELES, 2019);
- Concepções educativas morais de crianças e adolescentes: diálogo entre teoria do juízo moral de Piaget e teoria do domínio social de Turiel (CAETANO, SOUZA, SILVA E CHOI, 2019);
- Quando limpam com fogo, como ficam as crianças? Vidas abreviadas, vidas breves (GOBBI, 2019);
- Oportunidades de autorregulação em contexto pré-escolar: percepções e práticas de educadores de infância (MOREIRA, SIMÃO E VEIGA, 2019);
- Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo (FERREIRA, WIGGERS, 2019);
- Atendimento à educação infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação (MINEIRO E D'ÁVILA, 2019);
- Percepções de professores da Educação Básica sobre as teorias do currículo (LACERDA E SEPEL, 2019).

Neste mesmo periódico, a busca em 2020, resultou nos seguintes trabalhos:

- Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente (KRAMER, NUNES, REZENDE E PENA, 2020);
- Participação das crianças em projeto político-social elaborado por adultos: a Plenarilha no Distrito Federal (BARBOSA E VOLTARELLI, 2020);
- Limites da tolerância na educação para a democracia: o programa Câmara Mirim – Plenarinho (LIMA, 2020);
- . Tempos da infância: entre um poeta, um filósofo, um educador (KOHAN E FERNANDES, 2020);
- Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança: marco para reflexão sobre infância e democracia (MONTÀ, CARRIERA E BIFFI, 2020).

- “A brincadeira salva”: dimensão brincalhona e resistência das creches/pré-escolas da USP (PRADO E ANSELMO, 2020)

Observamos no quadro 1 a síntese dessa busca:

Quadro 1: Metatermos encontrados no periódico **Educação e Pesquisa**

METATERMOS/ANO	2019	2020
Criança	3	2
Infância	3	3
Educação	2	1
Educação Infantil	0	0
Anos Iniciais	0	0
TOTAL	8	6

Fonte: As autoras, 2021.

No periódico **Educação e Realidade** de 2019, encontramos os seguintes artigos:

- O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres (CARVALHO, RAMALHO E SANTOS, 2019)
- . Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola (ALCANFOR E BASSO, 2019)
- Ambientes Esculpidos em Narrativas de Infância (GUIMARÃES E KARAM, 2019)
- . O Direito à Educação Infantil nos Tribunais de Justiça do Brasil (TAPOROSK E SILVEIRA)
- Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate (NOGUERA E ALVES, 2019)

Neste mesmo periódico, na busca em 2020, observamos os seguintes trabalhos:

- A Hora das Crianças: infância, estética e política em Benjamin (SANCHES, RAMOS E SILVA, 2020)
- Culturas de Responsabilização em Educação Infantil no México (TAPIA, 2020)

No quadro 2 anotamos a síntese dessa busca:

Quadro 2: Metatermos encontrados no periódico **Educação e Realidade**

METATERMOS/ANO	2019	2020
-----------------------	-------------	-------------

Criança	0	0
Infância	4	1
Educação	1	0
Educação Infantil	0	1
Anos Iniciais	0	0
TOTAL	4	2

Fonte: As autoras, 2021.

Posteriormente foi realizada uma leitura flutuante desse material para a escolha dos documentos que seriam analisados e que constituíram a *corpora* da pesquisa. Da Revista **Educação e Pesquisa**, analisamos os seguintes:

Da Revista **Educação e Realidade**, analisamos os seguintes:

- Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola (ALCANFOR E BASSO, 2019)
- Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo (FERREIRA, WIGGERS, 2019);
- A Hora das Crianças: infância, estética e política em Benjamin (SANCHES, RAMOS E SILVA, 2020)
- Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate (NOGUERA E ALVES, 2019)
- Viviane Soares. “A brincadeira salva”: dimensão brincalhona e resistência das creches/pré-escolas da USP (PRADO E ANSELMO, 2021)

O quadro 3 apresenta os metatermos encontrados nessas publicações:

Quadro 3: *Corpora* da pesquisa

METATERMOS/ANO	2019	2020
Criança	1	0
Infância	2	1
Educação	1	0
Educação Infantil	0	0
Anos Iniciais	0	0
TOTAL	4	1

Fonte: As autoras, 2021.

A seleção do material considerou aqueles que apresentaram conceitos ou definições dos termos infância e criança. Os Artigos selecionados expõem a visão dos autores/referenciais teóricos que se mostraram importantes para o alcance dos objetivos propostos nesse artigo.

Considerando os objetivos propostos para este trabalho, organizamos a apresentação dos resultados iniciando pela apresentação do conceito de infância e criança apresentado por Ariès (1986) e Postman (2012) que serviu de referência para a análise desses conceitos na legislação educacional brasileira e posteriormente, analisamos na produção selecionada nos periódicos a fim de verificar a articulação entre as pesquisas e o que preconiza a legislação educacional, para tecermos algumas considerações e que ora apresentamos.

3 DO CONCEITO DE INFÂNCIA NO PERCURSO HISTÓRICO

Ao tratarmos do conceito da infância não podemos deixar de considerar a contribuição de Philippe Ariès (1986), que se tornou referência nos assuntos família e infância a partir da sua obra “História Social da Criança e da Família”. Nesse trabalho, o autor traça as características da infância ao longo do tempo a partir do seu comportamento social e sua relação familiar.

Para o autor, na Idade Média:

[...] no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio - ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrastava numa mesma torrente as idades e as condições sociais, sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade. Nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado. A família cumpria uma função - assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes - mas não penetrava muito longe na sensibilidade (ARIÈS, 1986, p. 275).

Nesse período as crianças eram vistas como uma utilidade social. Era necessário que fossem saudáveis para ajudar no trabalho e na renda familiar, executar tarefas, aprender o ofício dos pais para assim terem uma utilidade social.

Nesse período havia alta mortalidade infantil e infanticídio, visto não haver apego às crianças, cujo papel era o de ser saudáveis e, caso contrário, eram jogadas fora e substituídas por outros na expectativa de que o próximo viesse melhor, como cita Rocha (2002, p. 55) “[...]as

crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade.”

Foi após o século XIII, como menciona Ariès (1986), que surgiram alguns tipos de crianças que se aproximam do sentimento que conhecemos na modernidade. Eram pinturas de anjos, essa representação se referia a um rapaz jovem, que fazia parte de um grupo de uma certa idade que já estavam prontos para auxiliar durante as missas.

Devido às movimentações da religião cristã por volta do século XVI o segundo tipo de criança que temos conhecimento é o menino Jesus, que foi representado também em pinturas com um tipo de roupa mais leve que a das outras crianças e aninhado ao colo da mãe, fruto de um milagre e filho de uma virgem.

Assim, a partir dos séculos XVI e XVII, as ordens religiosas, como a dos jesuítas, dedicadas ao ensino, passa “[...] a admitir que a criança não estava madura para a vida e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena, antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1986, p. 277) e essa preparação deveria ser assegurada pela escola e as famílias passam a assumir aos poucos a responsabilidade pela educação dos seus filhos.

Nesse processo, a infância religiosa deixou de ser limitada apenas à infância de Jesus e floresceram histórias de crianças em lendas e a receberem uma representatividade maior nas pinturas, nunca sozinhas, sempre apareciam junto aos adultos, em passeios, reuniões, assistindo milagres ou martírios, no entanto já recebiam uma visibilidade maior da que tiveram antes. E foi aproximadamente no século XVII que com a intervenção de poderes públicos e a preocupação da igreja com o infanticídio que passaram a dar mais cuidados para as crianças inclusive melhorias na higiene, foi nesse período que Ariès (1986, p. XX) aponta o surgimento do “sentimento de infância”, que foi chamado por ele de “paparicação e apego”.

Ariès (1986) aponta então a ideia da não separação da vida das crianças do cotidiano dos adultos, as vivências eram compartilhadas entre membros da família independentemente da idade, ele também cita o gosto que os pintores começaram a tomar por mostrar em suas obras a graça que percebiam nas crianças. Percepção essa que coincidiu com o sentimento de criança “engraçadinha” ou de “paparicação” quando as famílias percebem uma certa graça nelas, em função da sua ingenuidade, tornando-se uma diversão e passando a receber cuidados para que seja mantida por mais tempo nessa constelação.

Com o surgimento da prensa tipográfica no século XV, houve a criação do “Homem Letrado” (POSTMAN, 2012, p.50) e a maior diferença visível à sociedade naquele período entre crianças e adultos era sua capacidade de leitura, surgindo dessa forma a necessidade de escolarização como um modo de preparar as crianças para tornarem-se adultos e fazer parte

desse mundo social e intelectual. Desta forma, saber ler era uma conquista simbólica para o mundo adulto.

Para tanto, a civilização europeia reinventou as escolas e transformou a infância em um período necessário para sua preparação para o mundo adulto (POSTMAN, 2012, p. 50.). Para o autor, não podemos esclarecer de fato uma definição de infância, contudo é possível depreendemos de sua obra elementos que possibilitam uma interpretação da forma como ele vê a criança e a infância na modernidade.

Segundo Postman (2012, p. 31) “A falta de alfabetização, a falta do conceito de educação, a falta do conceito de vergonha [...] são as razões pelas quais a infância não existiu no mundo medieval”. Para ele, essas faltas impediam o surgimento do sentimento de reconhecimento da criança e da infância como um período da vida. Em outro trecho de sua obra o autor afirma que “As crianças são um grupo de pessoas que não sabem certas coisas que os adultos sabem” (POSTMAN, 2012, p. 99), dessa forma é possível observar que para o autor a infância é uma fase que possui suas próprias peculiaridades e deve ter um tratamento diferenciado, bem como serem poupadas de atividades e diálogos pertencentes ao mundo adulto.

Em relação a infância, Postman (2012, p. 158) afirma que ela “Tem uma base biológica, mas não pode se concretizar a menos que um ambiente social a ative e alimente, isto é, tenha necessidade dela”. Essa frase do autor reflete o contexto que vimos anteriormente, em que não havia uma necessidade social de separar as crianças dos adultos até que com algumas transformações sociais, culturais e tecnológicas como o surgimento da prensa tipográfica, essa necessidade emergiu, exigindo essa separação e impulsionando a criação do conceito de infância.

Contudo, Postman (2012) aponta um desaparecimento da infância nos tempos atuais, em consequência da velocidade e da indistinção da informação veiculada por diferentes meios de comunicação, hoje mais acessíveis pela crescente inserção das tecnologias na vida cotidiana que veiculam conteúdos muitas vezes dedicados ao mundo adulto e expondo as crianças à esta realidade, rompendo novamente com a linha divisória entre a infância e o mundo adulto.

Considerando as afirmações de Postman (2012) em relação às mudanças no modelo de infância passamos a analisar a concepção de infância que permeia o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

Assim considerado, observamos que o conceito de infância pode ser novamente ressignificado, mesmo que isso ocorra de forma lenta e gradual, mas que requer de nós uma

especial atenção, motivo pelo qual, consideramos importante analisar como a legislação educacional brasileira, apresenta essa definição.

4 DO CONCEITO DE INFÂNCIA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A Lei 8069/1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, firma um marco da exigência da garantia dos direitos constitucionais de crianças e adolescentes. Em seu artigo 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, s/p).

Este documento determina também os direitos fundamentais que devem ser garantidos para essas duas faixas etárias:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, s/p).

Em seu art. 4º o ECA (BRASIL, 1990) afirma que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, s/p).

Nessa perspectiva, observamos que a Lei 8069/90 reafirma o que Postman (2012) observa sobre a ação da sociedade em relação as crianças e agora, estende-a aos adolescentes, com a garantia de todos os direitos fundamentais e de ser essa responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

A LDB (BRASIL, 1996, s/p) em seu artigo 2º estabelece que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e reafirma no artigo 22 que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1986, s/p).

Nessa perspectiva, a LDB (BRASIL, 1986) corrobora a necessidade de se preparar a criança e o adolescente para o ingresso no mundo adulto através da educação escolar. A

educação básica no Brasil compreende a “[...] educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e educação superior [sendo] obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (BRASIL, 1986, s/p).

No artigo 29, a LDB (BRASIL, 1996, s/p) apresenta a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Posteriormente a essa fase, a criança ingressa no Ensino Fundamental, que de acordo com o Art. 32 é “[...] obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996, s/p).

Considerando o ECA (BRASIL, 1990) o ensino fundamental abrange a criança de até 12 anos quando deverá estar cursando o 7º ano, passando posteriormente a ser considerado adolescentes entre 12 e 18 anos quando concluiu o Ensino Médio. Em casos excepcionais, expressos nessa lei, podem ser considerados adolescentes as pessoas entre 18 e 21 anos de idade.

Observa-se que tanto a LDB (BRASIL, 1996) e o ECA (BRASIL, 1990) não divergem significativamente quanto à idade e a oferta gratuita de ensino para as crianças e adolescentes e esta última, amplia um pouco mais a faixa etária dos adolescentes.

Para o atendimento educacional em território nacional, a LDB (BRASIL, 1996) estabelece em seu artigo 26 que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, s/p).

Em 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo objetivo foi então o de estabelecer um conjunto de “aprendizagens essenciais” que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

A BNCC (BRASIL, 2017) não conceitua claramente a infância, mas percebe-se que ela considera o que está posto no ECA (BRASIL, 1990) pois ao discutir sobre os anos finais do Ensino Fundamental, que vai do 6º ao 9º ano, pontua que “[...] os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por

intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais” (BRASIL, 2017, p.60).

Este documento compromete-se com o conceito de educação integral, independente da duração da jornada escolar, com vistas à

[...] construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (BRASIL, 2017, p. 14).

Ao considerar a possibilidade de diferentes infâncias na BNCC (BRASIL, 2017), reafirmamos as considerações de Postman (2012) que ainda que tenha uma base biológica - ou seja a faixa etária que corresponde à criança - a infância depende culturalmente de um povo que a ative e a alimente.

Nesse sentido, a legislação brasileira reitera em seus diferentes documentos a existência da infância, da criança e do adolescente e mesmo que não defina claramente o conceito que tem deles, percebe-se que é sim uma fase para o ingresso no mundo adulto.

5 DO CONCEITO DE INFÂNCIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA ANALISADA

De acordo com a seleção efetuada e já explicitada na metodologia dessa pesquisa, selecionamos cinco artigos que passamos a discutir de acordo com o periódico em que se encontram, sendo primeiro apresentados os materiais da revista Educação e Pesquisa em seguida da revista Educação e Realidade.

O artigo de Ferreira e Wiggers (2019) tem como objetivo “compreender as noções de urbanidade e infância” que nortearam o PPP da escola que analisaram. O conceito de infância trazido pelos autores é pensado por meio da observação e análise do surgimento de parques infantis como uma forma de socialização, formação de práticas educativas relacionadas ao corpo, socialização e encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e adulto.

Apresentam como referência o trabalho de James e Prout (1997, apud Ferreira e Wigger, 2019) para conceituar a infância, que seria uma etapa da vida como um conjunto ativo de relações sociais construídas nos primeiros anos de vida do ser humano.

Ferreira e Wigger (2019), apontam que a infância é uma categoria permanente e essencial na estrutura da sociedade, no entanto é flexível uma vez que se modifica no decorrer

da história pois é produto das relações, sociais, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas. Sendo assim as autoras não apresentam um conceito estabelecido, pelo contrário, defendem que a infância é um período mutável e em constante transformação.

Enquanto Ferreira e Wigger (2019) veem a infância como um conceito mutável e organizada diferentemente em cada cultura, o trabalho de Prado e Anselmo (2020, p.03), cujo objetivo foi o de “[...]investigar as possibilidades de retomada da dimensão brincalhona e da comunicação pelo corpo das/os profissionais que atuam com crianças pequenas, a partir das próprias crianças” limitam o conceito de infância à definição apresentada no PPP de uma das creches/pré-escolas da Universidade de São Paulo, que foi escolhida como objeto da pesquisa.

O PPP da escola concebe que a criança é um sujeito único que possui uma história individual e uma forma única de se relacionar com o mundo e atribuem um grande valor no brincar como um ponto essencial para constituir a base do que se considera infância.

O artigo de Sanches, Ramos e Silva (2020, p. 03), teve como objetivo:

Evidenciar que o escrito para crianças demandou de Benjamin não apenas habilidade com as palavras, mas, sobretudo, o raciocínio de uma estética que articulasse forma e conteúdo filosófico voltado a um público completamente novo para ele: a criança, indivíduo, cidadã, consumidora de mercadoria e bens culturais e fruto da infância criada pela moderna e burguesa visão de mundo (SANCHES, RAMOS E SILVA, 2020, p. 03).

Sanches, Ramos e Silva (2020) baseados na obra de Benjamin (1985), consideram muito importante filtrar as informações ao repassá-las para as crianças, pois elas ainda não estão preparadas cognitivamente para ter acesso a determinados conteúdos. Nesse sentido as informações a serem veiculadas não são proibidas, mas devem ser avaliadas e pensadas para compor um conteúdo mais acessível a esse público e que correspondam às necessidades das crianças.

Esse pensamento confirma a ideia de que é necessário olhar para a infância como uma etapa diferenciada da vida, que exige certos cuidados e práticas, pois os integrantes dessa faixa etária ainda não estão preparados para o acesso à informação da mesma forma que os adultos estão.

A pesquisa de Alcanfor e Basso (2019), cujo objetivo foi o analisar “[...] a produção literária infantil e juvenil de Prandi [...] com o propósito de apresentar suas possibilidades de uso como literatura e material didático na escola [...]”. A partir dessa obra os autores examinam e trazem as representações de crianças e da infância expressas na narrativa do autor de

referência (PRADI, 2001, *apud* ALCANFOR e BASSO, 2019), que aborda a mitologia e a cultura iorubá no Brasil.

Nessas narrativas, as crianças são deuses meninos e gêmeos (*Ibejis*) que representam a criança como um ser brincante, astuto, criativo e travesso, enquanto a infância está ligada ao tempo de brincar, descobrir e às invenções imaginárias. Estes *Ibejis* são representados mitologicamente como seres fortes, corajosos e até poderosos, mas o que gostam mesmo de fazer é de brincar.

Nesse contexto, essa é uma das principais atividades da criança visto que suas brincadeiras são uma forma de se integrar no mundo, aprender e reproduzir sua cultura. É possível observar que mesmo se tratando de um mito vindo de uma cultura africana, Alcanfor e Basso (2019) analisando as narrativas de Prandi (2001, *apud* Alcanfor e Basso, 2019), afirmam que é fundamental reconhecer a pluralidade da infância, levando em consideração o contexto social, histórico e cultural.

A produção de Nogueira e Alves (2019, p.01) objetivou “Problematizar o racismo e as formulações que associam África à infância da humanidade [...] enfrentar a adultidade como o grande perigo da vida”. Eles apresentam algumas definições do que é a infância em outros âmbitos: para Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD) a infância é uma fase da vida que está dividida em, geralmente, três etapas. Sendo a primeira dos de 0 a 3 anos, a segunda de 3 a 6 anos e a terceira de 6 a 11 anos. Enquanto na medicina as fases são de 1 a 18 meses, 18 meses a 3 anos, 3 a 4 ou 5 anos, 5 a 9 anos e de 10 a 13 anos. Seguindo a mesma quantidade de fases na enfermagem pediátrica a divisão é: neonatal de 0 a 28 dias, lactente de 29 dias a 2 anos, pré-escolar de 2 a 7 anos e escolar de 7 a 10 anos.

De acordo com Nogueira e Alves (2019) ainda que as fases sejam diferentes essas áreas reconhecem que a infância pode ser classificada com uma etapa da vida e discordam das afirmações de ser a criança um sinônimo de infância e justificam, apoiadas em Arenhart (2016, p. 33, *apud* NOGUEIRA e ALVES, 2019) que diz ser a infância uma condição social que coloca as crianças como um grupo etário com experiências comuns e reafirmam que a infância é uma condição histórica e socialmente produzida.

A partir dos artigos analisados e apesar da diversidade de referenciais teóricos que embasou cada um deles, é possível observar que eles não apresentam uma definição irrevogável de infância ou de criança, as definições sempre estão pautadas e tem um ponto de partida, um referencial que servirá como base para as discussões e análises.

Ao discutirmos sobre o que é a infância ou conceitua-la, a partir da análise dos artigos pesquisados, nos deparamos com diferentes abordagens: histórica, social, saúde, etc, que em

geral relacionam a infância à criança, mas não encontramos evidências que ambas as palavras se referem às mesmas percepções.

O ECA (BRASIL, 1990), afirma que a criança são aqueles que tem de 0 a 12 anos, mas podem que podem ainda compor outras divisões, denominadas de fases, que atendem a especificidade, as vezes biológica, de cada uma dessas etapas, como observa por exemplo, o trabalho de Nogueira e Alves (2019) e a própria BNCC (BRASIL, 2017, p. 24) quando organiza a Educação Infantil em 3 fases: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) que poderíamos chamar de infância.

Observamos nas pesquisas analisadas que a infância não é algo apenas biológico, marcado por um dado período de tempo, mas se caracteriza a partir de um contexto, histórico e social e desta forma, podemos afirmar que a infância é uma criação social, mas também é um período marcado por mudanças biológicas de preparação do corpo para as vivências do mundo adulto.

Do ponto de vista biológico, incorpora uma fase denominada de puberdade, definida pelo autor Ré (2012, p. 60) como “um período dinâmico do desenvolvimento marcado por rápidas alterações no tamanho e na composição corporal” o que nos permite afirmar que a perspectiva biológica sobre o conceito de infância tem se mostrado necessária em nossa cultura para classificar e direcionar um olhar e cuidado diferente para as crianças dependendo da faixa etária em que se encontra, como por exemplo, as interações que possam ter com seu grupo, como organizados na BNCC (2017) ou na categorização etária definida no ECA (1990).

Nesse sentido, a escola tem um papel de propiciar o desenvolvimento de relações sociais e criar vivências adequadas à cada uma das fases da infância, visto que é nas escolas que as crianças serão direcionadas e preparadas para cada etapa seguinte da vida, como observado na BNCC (2017), a medida em que organiza as competências que devem fazer parte do currículo da Educação Básica, sendo necessário definir as etapas da vida para que essas competências sejam divididas e aplicadas de acordo com necessidade de cada grupo.

Essa divisão é um parâmetro importante, do ponto de vista cultural, para definirmos o que é criança e infância, tendo em vista que ela só acontece devido à uma necessidade social e só poderá continuar existindo se houver um empenho do meio social em mate-la e que temos na escola o aparato para sua manutenção ou não, ao reconhecer que biologicamente as crianças são diferentes dos adultos e portanto não podem receber o mesmo tratamento e estar presente em determinados ambientes, pois existem limitações físicas e intelectuais peculiares a cada faixa etária.

Nessa perspectiva, é uma responsabilidade da comunidade escolar, além das famílias e dos governantes tenham claro a concepção de infância e criança para compartilharem encaminhamentos, a partir dos costumes e direcionamentos legais, para que essa não “desapareça” como demonstra preocupação o pesquisador Neil Postman (2012).

A inquietação do autor sobre o “desaparecimento da infância” se apoia no surgimento de novas tecnologias que romperam com algumas diferenças entre adultos e crianças, não só no acesso liberado à informação, quando vemos crianças muito pequenas assistindo programas que abrangem conteúdos inadequados para a idade ou com acesso ilimitado à internet por meio de aplicativos de vídeos e jogos. Essas ações aproximam as crianças da realidade dos adultos, além do mercado de consumo que oferece grande variedade de produtos voltados para o público infantil.

7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para este trabalho consideramos que a infância é um conceito variável de acordo com o tempo, a região e a cultura tendo como base os estudos sobre a infância realizados por Ariès (1986) e Postman (2012). A pesquisa empreendida teve como objetivo analisar o conceito de infância e criança a partir da produção científica em dois periódicos com avaliação Qualis A1 na área da educação: Educação e Pesquisa e Educação e Realidade, publicados nos anos de 2019 e 2020 para compreendermos como essa produção concebe a infância, bem como analisarmos essas concepções no contexto educacional nos principais documentos que subsidiam a educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

A questão que nos propusemos investigar considerou a afirmação de Postman (2012) de que a infância está desaparecendo, o que nos fez indagar: como a legislação e os pesquisadores da educação, compreendem a infância hoje, considerando as mudanças observadas atualmente nas diferentes esferas da sociedade?

Cientificamente, consideramos que as produções possam contribuir para aprimorarmos o conceito de infância tanto no âmbito político educacional, quanto às diretrizes que orientam a educação nesse período de vida, esclarecendo ou trazendo reflexões às diversas dúvidas sobre a forma de agir das crianças possibilitando à comunidade que atua com essa faixa etária, conceituar a infância, suas condutas na sociedade contemporânea e as implicações educacionais.

Nesse percurso, buscamos percorrer uma linha cronológica embasada em Neil Postman (2012) e Philippe Ariès (1986) que analisou a infância desde o período medieval, observando que nesse período ela não existia, mas que ganha visibilidade a partir do século XVII.

No decorrer das análises dos conceitos de infância na produção científica atual, foi possível entender que há uma pluralidade de concepções e diferentes olhares dependendo da ótica que se analisa esse tema.

A inserção da tecnologia no contexto educacional que ora vivenciamos, considerando as questões sanitárias advindas pelo COVID19, deve ser seriamente analisada quanto as possíveis consequências, não só biológicas e neurológicas, como também das relações sociais que se estabelecem, além dos papéis a serem desempenhados pela família, pela escola e professores e pelo governo, que observamos não ter sido alvo das pesquisas analisadas.

Além disso, a aproximação dos comportamentos das crianças com os comportamentos dos adultos é preocupante quando se trata da formação dessas crianças no âmbito escolar. Uma vez que os acontecimentos fora da escola refletem na construção desse indivíduo, se faz necessário garantir seus direitos para que possam se desenvolver, visto que “A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos” (BRASIL, 2017, p. 578), evitando-se dessa forma o abandono ou a exploração das crianças.

Para exemplificar melhor as implicações de desconsiderarmos a criança e sua infância, podemos observar os riscos que ela corre ao nos depararmos com crianças que trabalham ou se casam, sem que estejam preparadas, tanto física como psicologicamente para tal.

Claro está que essa temática não pode ter uma definição única pois existem diferentes perspectivas culturais e que sendo a infância uma criação social, será sempre multifacetada e atrelada as ações dos poderes políticos, religiosos e da sociedade em geral sendo constituída em função de suas mudanças, mesmo que elas se façam de modo silencioso e vagarosamente.

Ao idealizar esse artigo pensamos que fosse possível estabelecer, no contexto brasileiro uma definição de infância. Entretanto, no decorrer do pesquisa foi possível perceber o quão grande é o leque de possibilidades de infâncias existentes em nossa cultura e de suas peculiaridades e particularidades e de como elas podem exercer influenciar o campo da educação, apesar de termos orientações que são gerais e por isso mesmo, passíveis de diferentes olhares.

As produções e as análises realizadas nos auxiliaram na compreensão do que é a infância tanto no âmbito político educacional, quanto às diretrizes que orientam a educação nesse

período de vida. Trouxeram ainda reflexões sobre a infância para que a comunidade que atua com essa faixa etária possa conceituar a infância, suas condutas na sociedade contemporânea e as implicações educacionais. Para nós, conhecer a visão de outros pesquisadores em relação à infância com a qual atuamos, foi fundamental para nossa formação tanto como pesquisadores como profissionais que atuam no campo da educação.

Acreditamos ainda, que esse estudo possa servir de inspiração para futuras pesquisas na área da infância na contemporaneidade e, em especial, nas consequências que o atual contexto pandêmico nos impõe e se observamos que a infância não tem sido um tema aprofundado nas pesquisas que enfocam a educação e ainda, que há nesse processo inúmeras formas de ser abordada e/ou considerada precisamos nos deter no aprofundamento desse tema com urgência.

8 REFERÊNCIAS

ALCANFOR, Lucilene Rezende; BASSO, Jorge Garcia. Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.44, n.2, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n2/2175-6236-edreal-44-02-e88363.pdf>. Acesso em 22 abr. 2021.

ARENHART, Deise. Apud NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. **Culturas infantis e Desigualdades Sociais**: questões de geração e classe social em duas escolas cariocas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA; Etienne Baldez Louzada; VOLTARELLI, Monique Aparecida. Participação das crianças em projeto político-social elaborado por adultos: a Plenarinha no Distrito Federal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível in: [1517-9702-ep-46-e236680.pdf \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/pdf/ep/v46n1/1517-9702-ep-46-e236680.pdf). Acesso em 20 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 22 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm . Acesso em 22 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível in: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 22 abr. 2021.

CAETANO, Luciana Maria; SOUZA, Jackeline Maria de; SILVA, Cecilia Onohara da; CHOI, Paulo Yoo Chul. Concepções educativas morais de crianças e adolescentes: diálogo entre teoria do juízo moral de Piaget e teoria do domínio social de Turiel. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e193129.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

CARVALHO, Levindo Diniz; RAMALHO, Bárbara; SANTOS, Kildo Adevair dos. O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e80711.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

DURO, Mariana Lima; DORNELES, Beatriz Vargas. Estimativa numérica de quantidades: um estudo de comparação entre crianças e adultos. **Educação e Pesquisa**, Porto Alegre, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e193407.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

FERREIRA, Flávia Martinelli; WIGGERS, Ingrid Dittrich. Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e194024.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, ed. 4. São Paulo 2002. Disponível in: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em 22 abr. 2021.

Gobbi; Marcia Aparecida. Quando limpam com fogo, como ficam as crianças? Vidas abreviadas, vidas breves. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e213815.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; KARAM, Heloísa. Ambientes Esculpidos em Narrativas de Infância. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n4/2175-6236-edreal-44-04-e89218.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

JAMES, Allison; PROUT, Alan, *apud* Ferreira e Wiggers (2019). A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer, 1997. p. 7-33.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Vozes, Petrópolis, RJ, 2002. Disponível in: <https://www.passeidireto.com/arquivo/83021599/fundamentos-de-metodologia-cien-jose-carlos-koche-pdf>. Acesso em 22 abr. 2021.

KOHAN, Walter Omar; FERNANDES, Rosana Aparecida. Tempos da infância: entre um poeta, um filósofo, um educador. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível in: [1517-9702-ep-46-e236273.pdf \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e236273.pdf). Acesso em 20 maio 2021.

KRAMER, Sonia; NUNES, REZENDE, Maria Fernanda; PENA, Alexandra. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível in: [1517-9702-ep-46-e237202.pdf \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e237202.pdf) . Acesso em 20 maio 2021.

LACERDA, Caroline Côrtes; SEPEL, Lenira Maria Nunes. Percepções de professores da Educação Básica sobre as teorias do currículo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e197016.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

LIMA, Ana Marusia Pinheiro. Limites da tolerância na educação para a democracia: o programa Câmara Mirim – Plenarinho. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível in: [1517-9702-ep-46-e213265.pdf \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e213265.pdf). Acesso em 20 maio 2021.

LOPES, Lindicéia Batista de Franca; SILVA, Irizelda Martins de Souza. Concepção de infância: uma busca pela trajetória do legalizado. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. 25, p. 132-140, mar. 2007. Disponível in: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4969/art11_25.pdf . Acesso em 22 abr. 2021.

MINEIRO, Márcia; D'ÁVILA, Cristina. Atendimento à educação infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e194520.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

MOMO, Mariangela. As crianças de hoje não são mais como antigamente! Implicações culturais do mundo contemporâneo para os modos de ser criança e de viver a infância. **Revista de Educação e Letras**, v.16, n. 32, 2014, p. 9-13. Disponível in: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1243/932>. Acesso em 22 abr. 2021.

MONTÀ, Chiara Carla; CARRIERA, Lucia; BIFFI, Elisabetta. Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança: marco para reflexão sobre infância e democracia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível in: [1517-9702-ep-46-e239004.pdf \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e239004.pdf). Acesso em 20 maio 2021.

MOREIRA, Janete Silva; SIMÃO, VEIGA, Ana Margarida. Oportunidades de autorregulação em contexto pré-escolar: percepções e práticas de educadores de infância. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e189254.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.44, n. 2, 2019 p. 2-19 Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n2/2175-6236-edreal-44-02-e88362.pdf>. Acesso em 22 de abr. de 2021.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. “A brincadeira salva”: dimensão brincahona e resistência das creches/pré-escolas da USP. **Educação e Pesquisa**, São Paulo. V. 46, 2020 p. 4-6. Disponível in: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/169852/160733>. Acesso em 22 de abr. de 2021.

PRANDI, Reginaldo, apud ALCANFOR, Lucilene Rezende; BASSO, Jorge Garcia. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

RÉ, Alessandro H. Nicolai. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. **Motricidade FTCD/CIDESD**, vol. 7, n. 3, 2012 p.

56-57. Disponível in: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/103/94>. Acesso em 22 de abr. de 2021.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. HISTÓRIA DA INFÂNCIA: REFLEXÕES ACERCA DE ALGUMAS CONCEPÇÕES CORRENTES. **Analecta**, Paraná, v.3, n. 2, 2002 p. 53-61 Disponível in: https://www.researchgate.net/profile/Rita-De-Cassia-Da-Rocha/publication/292993991_HISTORIA_DA_INFANCIA_REFLEXOES_ACERCA_DE_ALGUMAS_CONCEPCOES_CORRENTES/links/56b4c9bd08ae3c1b79aaf32b/HISTORIA-DA-INFANCIA-REFLEXOES-ACERCA-DE-ALGUMAS-CONCEPCOES-CORRENTES.pdf. Acesso em 22 abr. 2021

SANCHES, Eduardo Oliveira; RAMOS, Estéfani Dutra; SILVA, Divino José da. A Hora das Crianças: infância estética e política em Benjamin. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, 2020 p. 1-6 Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n1/2175-6236-edreal-45-01-e90280.pdf> . Acesso em 22 abr. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez Editora. 24 ed. São Paulo, 2007. Disponível in: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5323830/mod_resource/content/1/Produtos da universidade Severino cap5.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5323830/mod_resource/content/1/Produtos_da_universidade_Severino_cap5.pdf)

TAPIA, Aldo Anzures. Culturas de Responsabilização em Educação Infantil no México. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, 2020. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n2/2175-6236-edreal-45-02-e99893.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

TAPOROSK, Barbara Cristina Hanauer; SILVEIRA Adriana Aparecida D,ragone. O Direito à Educação Infantil nos Tribunais de Justiça do Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e80678.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

